


Zimbira

cuc@sedam.ro.gov.br

**ARPA\_ Renovação Acordo de Cooperação\_ Solicitação de documentação complementar**

**De :** Programa Areas Protegidas da Amazonia  
<arpa@mma.gov.br>

Qui, 09 de set de 2021 10:48

 2 anexos

**Assunto :** ARPA\_ Renovação Acordo de Cooperação\_  
Solicitação de documentação complementar

**Para :** cuc@sedam.ro.gov.br, rosario.sedam.gmail  
<rosario.sedam@gmail.com>

**Cc :** Valdir Pereira Ramos Filho  
<valdir.filho@mma.gov.br>, Aline do Amaral Pereira  
<Aline.amaral@mma.gov.br>, Michele Akemi Ueno  
Sato <michele.sato@mma.gov.br>, Andre Carlos  
Schiessl <andre.schiessl@mma.gov.br>, Márcia  
Nogueira Franceschini  
<marcia.franceschini@mma.gov.br>, Renata  
Carolina Gatti <renata.gatti@mma.gov.br>

Prezada Rosário,

Bom dia. Gostaríamos de informar que estão em curso os trâmites para a renovação do Acordo de Cooperação- entre o Estado de Rondônia por meio de sua Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental- SEDAM e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade- Funbio com interveniência do Ministério do Meio Ambiente- MMA no contexto do Programa ARPA e, para dar seguimento ao mesmo solicitamos, complementarmente ao que já foi encaminhado, o envio das seguintes documentações:

1. Cópia de Ato legal de nomeação do Secretário;
2. Comprovante de endereço do Secretário;
3. Termo de aceite/concordância quanto à renovação do ACT considerando a minuta e respectivo Plano de Trabalho (2021-2025) que seguem anexados.


Seguimos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Equipe ARPA/MMA

---

 **ACT\_\_Arpa\_FT\_estados\_\_RONDONIA\_minuta.pdf**  
338 KB

 **Plano\_de\_Trabalho\_AGO\_2021\_\_\_\_RONDONIA\_minuta.pdf**  
203 KB

---

**PLANO DE TRABALHO****1- DADOS CADASTRAIS**

Órgão / Entidade Proponente <b>Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO</b>			CNPJ <b>03.537.443/0001-04</b>	
Endereço Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603 - Botafogo				
Cidade Rio de Janeiro	UF RJ	CEP 22.270-014	DDD / Telefone 21 21235300	
Nome do Responsável <b>Rosa Maria Lemos de Sá</b>			CPF <b>317.697.566-04</b>	
CI / Órgão Exp. M-750.784 SSP/MG	Cargo Secretária-Geral	Função – Representante L.		Matrícula
Endereço Av. Atlântica nº 778, apto. 1102, Leme, Rio de Janeiro/RJ			CEP 22.010-000	
Órgão / Entidade Concedente <b>Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM)</b>			CNPJ 63.752.604/0001-04	
Endereço Estrada de Santo Antônio nº 5323, Triângulo.				
Cidade Porto Velho	UF RO	CEP 76.805-810	DDD / Telefone	
Nome do Responsável <b>Marcílio Leite Lopes</b>			CPF 824.242.506-00	
CI / Órgão Exp. 5025084 SSP/RO	Cargo Secretário de Estado do Meio Ambiente	Função Secretário de Estado	Matrícula XXX	
Endereço XXX			CEP XXX	

**2 – OUTROS PARTICIPES**

Nome <b>Ministério do Meio Ambiente</b>	CNPJ/CPF <b>37.115.375/0002-98</b>	
Endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco b – 5º andar		CEP <b>70.068-900</b>

### 3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA, COM A INTERVENIÊNCIA DA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.	Período de Execução	
	2021	2025

**Identificação do objeto:**  
Estabelecer cooperação técnica entre o **ESTADO DE RONDÔNIA** e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade - **FUNBIO**, na implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - **ARPA**, no que se refere à aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para a criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo Programa ARPA, no bioma Amazônia.

#### JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) instituído pelo Decreto Presidencial nº 4.326 de 08 de agosto de 2002, revogado pelo Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015, tem como finalidade expandir e consolidar o sistema de áreas protegidas do bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo dessa forma para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O Programa Arpa é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que promove o planejamento de metas, monitora e supervisiona a sua execução. A execução financeira do Arpa está a cargo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), enquanto a execução técnica é feita pelos órgãos gestores de unidades de conservação nas esferas federal e estadual. O Programa Arpa conta com recursos de doação de diferentes organizações, principalmente: o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), por meio do Banco Mundial; o Instituto de Crédito para a Reconstrução (KfW), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), Ministério do Meio Ambiente Alemão (BMU), além da dotação orçamentária do Governo Brasileiro e de doações do setor empresarial privado.

Segundo o SNUC, a competência de implantação da Política Nacional de Unidades de Conservação no âmbito Estadual cabe ao Órgão Estadual de Meio Ambiente. Entre as ações da Política sob responsabilidade do Estado inclui-se a criação, consolidação e administração de Unidades de Conservação, em sua esfera de atuação.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, associação civil sem fins lucrativos, responsável pela execução financeira do Programa atende às demandas de bens e serviços dos executores para a realização dos seus objetivos e metas com recursos provenientes da doação, tendo a responsabilidade de firmar os acordos de doação.

Tendo em vista o Acordo de Cooperação que está sendo firmado entre o Estado e o Funbio com a interveniência da União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, no qual foram definidas as responsabilidades e obrigações entre as partes na implementação da Convenção da Diversidade Biológica no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia e a necessidade de continuidade na implementação a nível Estadual do Arpa, celebra-se Acordo entre o executor técnico Estadual e o executor financeiro.

#### **4 – FASES DO TRABALHO CONJUNTO**

- 1.** Coordenação e execução de estudos prévios para a criação de Unidade de Conservação Estaduais de acordo com os critérios e polígonos prioritários estabelecidos pelo Programa **ARPA**;
- 2.** Elaboração e encaminhamento dos Planos Operativos - **POs** da(s) Unidade(s) de Conservação Estaduais contempladas pelo Programa ARPA à Unidade de Coordenação do Projeto-**UCP-MMA**;
- 3.** Realização de Oficinas para elaboração do Plano Operativo – PO;
- 4.** Realização de Reuniões para discussão técnica;
- 5.** Preenchimento e validação das ferramentas de monitoramento;
- 6.** Preenchimento e validação do Plano de trabalho e planejamento de insumos pelo **OG**;
- 7.** Execução das ações/atividades previstas no PO;
- 8.** Implementação do Plano de Trabalho.

## 5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Especificação	Porcentagem do número de UC que atendem à meta por ano <sup>1</sup>				
		2021	2022	2023	2024	2025
1	Plano de manejo elaborado revisado	50%	70%	90%	95%	100%
2	Conselho oficialmente constituído e em funcionamento	100%	100%	100%	100%	100%
3	Sinalização dos principais pontos de acesso às UCs ou manutenção e reforço da sinalização da UC em alinhamento com o Plano de Manejo	100%	100%	100%	100%	100%
4	Materialização dos limites da UC em pontos estratégicos (UC em grau II <sup>2</sup> )	95%	100%	100%	100%	100%
5	Construção e assinatura dos Termos de Compromisso ou das Concessão de Direito Real de Uso (UC em grau II)	80%	90%	100%	100%	100%
6	Levantamento da situação fundiária e preparação para ações de regularização fundiária (UC em grau II)	100%	100%	100%	100%	100%
7	Plano de Proteção Implementado ou em alinhamento com o Plano de Manejo	100%	100%	100%	100%	100%
8	Aquisição de um conjunto básico de equipamentos para operacionalização da UC, ou de um conjunto de equipamentos necessários para fazer frente às ameaças e atividades mais avançadas de gestão	100%	100%	100%	100%	100%
9	Construção e manutenção de sede ou centro de convivência para as atividades de administração, alojamento e armazenamento de equipamentos	100%	100%	100%	100%	100%
10	Desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre desafios de manejo das UC (UC em grau II)	100%	100%	100%	100%	100%
11	Monitoramento de ao menos um indicador da biodiversidade, uso de recursos ou integridade da paisagem, ou implementação dos Protocolos de Monitoramento do Programa	100%	100%	100%	100%	100%
12	Manutenção das informações básicas do Cadastro Nacional de UC (CNUC) atualizadas	100%	100%	100%	100%	100%
13	Alocação orçamentária compatível com as necessidades de manutenção da UC e complementar à alocação do Programa	100%	100%	100%	100%	100%
14	Equipe gestora mínima para suas necessidades, localizada de forma a contribuir com o desempenho da unidade	95%	100%	100%	100%	100%

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM)	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade FUNBIO
Data ____/____/____	Data ____/____/____
_____	_____

<sup>1</sup> Vale ressaltar que considera-se apenas meta alcançada e não cenário de avanço/resultados intermediários.

<sup>2</sup> Grau I compreende os instrumentos básicos para a gestão, e grau II compreende os elementos para fazer frente a ameaças e pressões e realização de atividades adicionais.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº  
\_\_\_\_/\_\_\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM O –  
ESTADO DE RONDÔNIA E O FUNDO  
BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE -  
FUNBIO, COM A INTERVENIÊNCIA DA  
UNIÃO REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO  
DO MEIO AMBIENTE, VISANDO A  
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ÁREAS  
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.**

O **ESTADO DE RONDÔNIA**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL (SEDAM)**, criada pela Lei Complementar 042 de 19 de Março de 1991, situada na Estrada de Santo Antônio nº 5323, Triângulo, Porto Velho/RO, CEP 76.805-810, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.752.604/0001-04, neste ato representada por seu Secretário, **MARCÍLIO LEITE LOPES**, brasileiro, casado, servidor público, portador da carteira de identidade nº 5025084, expedida pela SSP/RO, inscrito no CPF/MF sob o nº 824.242.506-00, nomeado através de decreto de 19 de junho de 2020, publicado no DOE, pág. 01, de 23 de junho de 2020, doravante denominado simplesmente **ESTADO**, e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**, inscrito no CNPJ nº 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar, Botafogo, CEP 22.270-014, na cidade do Rio de Janeiro, neste ato representado por sua Secretária-Geral **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da Cédula de Identidade nº M750.784 - SSP/MG, e inscrito no CPF sob o nº 317.697.566-04, com a interveniência da União, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, doravante denominado **MMA**, órgão da Administração Pública Federal nos termos da Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto n.º 9.672, de 02 de janeiro de 2019 inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília/DF, CEP: 70.068-901, neste ato representado pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, **JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 17199545-4, SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 144.002.098-14, residente e domiciliado em Brasília - DF, Decreto S/N, de 23 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União – Extra, em 23 de junho de 2021, considerando a necessidade de implementação do “**PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA**”, RESOLVEM celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, que será regido pelos princípios de direito público e pela Lei nº 13.019/2014 e sua posterior alteração pela Lei nº 13.204/2015, observado o disposto no seu Art. 31, inciso I, bem como pelo Decreto nº 8.726/2016 e pelo Decreto nº 8.505/2015, e considerando o constante nos processos nº 02000.001470/2015-19 mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas

*Considerando os objetivos que conduziram à criação do Programa Áreas Protegidas da*

Amazônia, lançado no ano de 2002, em Johannesburgo na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10, instituindo, assim, o maior programa de conservação de florestas tropicais no mundo e o maior programa relacionado às Unidades de Conservação no Brasil;

*Considerando* os importantes papéis desenvolvidos pela parceria entre o Ministério do Meio do Ambiente na coordenação do Programa ARPA; o FUNBIO, no gerenciamento dos recursos do Fundo de Transição para o Programa ARPA; com recursos aportados pelo GEF, por meio do Banco Mundial; pelo Governo Alemão, por meio do KfW; pela Fundação Gordon e Betty Moore; pelo WWF- EUA e WWF-Brasil; e pelo Fundo Amazônia, por meio do BNDES, responsáveis pelo aporte inicial de recursos no Programa ARPA;

*Considerando* que a Fundação Gordon e Betty Moore, o Linden Trust para Conservação, o FUNBIO, o WWF-Brasil e o Ministério do Meio Ambiente assinaram um Memorando de Entendimentos, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Rio +20, comprometendo-se a mobilizar recursos para o apoio em longo prazo ao Programa ARPA, que resultou na alocação dos recursos provenientes da captação de doações em um Fundo de Transição que visa a sustentabilidade do Programa ARPA no longo prazo por meio da iniciativa "ARPA para a Vida";

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.985, de 2000 (SNUC), prevê como atribuições dos Estados, no âmbito de suas esferas de atuação, a implementação o SNUC, por meio da criação e consolidação de Unidades de Conservação;

CONSIDERANDO que as exigências previstas nos incisos II, IV e VI do art. 39 da Lei nº 13.019/14, bem como aquelas previstas na parte final do inciso X do art. 26 e no art. 27 do Decreto nº 8.726/16 não são aplicáveis ao presente Acordo de Cooperação por não haver transferência de recursos entre os partícipes e tampouco comodato, doação de bens ou qualquer outra forma de compartilhamento de patrimônio público pertencente ao MMA ou ao **ESTADO**.

**RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, que será regido pelos princípios de direito público e pela Lei 13.019/2014 e sua posterior alteração pela Lei 13.204/2015, observado o disposto no seu art. 31, inciso I, bem como pelo Decreto 8.726/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o **ESTADO** e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente – MMA, para a continuidade da implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, em

consonância com os documentos oficiais do Programa, nos termos do Plano de Trabalho Anexo.

## **CLAUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES**

**1 - Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA** é um programa de Governo que visa promover a conservação do bioma Amazônico por meio da criação, consolidação e manutenção de Unidades de Conservação (UC), de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

**2- Comitê do Programa - CP** é a instância de direção do Programa ARPA, tendo sua composição disposta em decreto. O CP é responsável por deliberar sobre, analisar e aprovar o planejamento estratégico do Programa ARPA, estabelecendo procedimentos, diretrizes e critérios para a formalização de convênios e contratos nele previstos, acompanhar e avaliar as atividades do Programa ARPA, articular a participação dos órgãos governamentais e dos governos estaduais da Amazônia, das Organizações da Sociedade Civil e dos Doadores no Programa ARPA; analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro com vistas a garantir o desempenho e o alcance das metas do Programa, e convocar o PCA.

**3 - Unidade de Coordenação do Programa - UCP** é a instância executiva instituída no Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA, responsável pela comunicação entre o Comitê do Programa e os diversos executores, funcionando como Secretaria Executiva do Comitê para o Programa;

**4 - Fundo de Transição - FT** é um mecanismo de financiamento de longo prazo e extingüível, de caráter privado, criado por meio de contratos entre entidades, pessoas físicas e jurídicas, doadoras brasileiras e estrangeiras, que funcionará de acordo com as regras e os procedimentos estabelecidos no Módulo 2 do MOP;

**5- Comitê do Fundo de Transição - CFT** é a instância do Fundo de Transição que tem por finalidade supervisionar o cumprimento do Módulo 2 do MOP de forma a viabilizar que o FT cumpra com o seu Objetivo, conforme definido no Módulo 2 do MOP. O CFT é composto por 08 (oito) membros votantes, sendo 06 (seis) membros nomeados pelos doadores e 02 (dois) membros nomeados pelo Governo Federal Brasileiro (Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). A seleção e substituição dos membros estão definidas no Regimento Interno do CFT.

**6 - Painel Científico de Aconselhamento do Programa - PCA** é considerado, no âmbito do Programa ARPA, como instância de consulta técnico-científica, composta por indivíduos com notório conhecimento sobre a dinâmica do bioma Amazônico com as atribuições de avaliar



propostas de adoção de novas UCs no Programa ARPA; avaliar metodologia de seleção de áreas, priorização da aplicação de recursos e monitoramento; aprovar propostas de criação submetidas à UCP para apoio pelo Programa ARPA; e analisar e sugerir melhorias ao processo de planejamento, execução e monitoramento do Programa.

**7 - Planejamento Estratégico Plurianual – PEP ou Plano de Consolidação** é o documento que estabelece as metas de cada UC em relação aos Marcos Referenciais do Programa ARPA, respeitados o prazo para consolidação. O conjunto dos PC de cada órgão gestor de Unidades de Conservação será utilizado para a elaboração do planejamento orçamentário do Programa ARPA;

**8- Plano Operativo - PO** - é o documento detalhando metas, atividades e cronogramas detalhados para a execução do Programa Arpa.

**9 - Comissão de Gestores - CG** é uma instância representativa dos gestores das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA, vinculada a UCP e composta por 8 (oito) gestores de UC, com o papel de: assessorar e qualificar as atividades de operacionalização e coordenação do Programa ARPA, avaliar e recomendar ao Fórum Técnico alterações e emendas ao Módulo I do MOP para que seja aprimorada a operacionalização do Programa ARPA; aprimorar a comunicação entre as UCs apoiadas pelo Programa ARPA; e avaliar relatórios de atividades do Programa ARPA.

**10 - Fórum Técnico** é a instância consultiva composto por um representante de cada Órgão Gestor, o Gestor do Fundo de Transição, Representante da Comissão de Gestores e UCP, sendo coordenado por esta última. Compete ao Fórum Técnico: acompanhar e monitorar avanços das UCs e demais componentes do Programa ARPA em relação às metas estabelecidas pelo CP, e o cumprimento das Condições de Desembolso, e sua execução físico-financeira pelas UCs; discutir e propor o ajuste de procedimentos relacionados à rotina operacional do Programa ARPA e seus documentos de base; e propor ao CP adequações de metodologias técnicas utilizadas para o alcance do Objetivo ARPA.

**11 - Manual Operacional do Programa ARPA - MOP** é o instrumento que estabelece as rotinas gerenciais, atividades e procedimentos do Programa ARPA, o qual deve ser observado por todos os parceiros.

**12 - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO** é a associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e nomeada pelo Comitê do Fundo de Transição como gestora do FT, devendo atuar, em relação ao FT, de acordo com o estabelecido nos contratos de doação e, notadamente, com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP para desembolso e aplicação dos recursos do FT.

**13 - Unidade de Conservação - UC** é definida pela Lei nº 9985/00, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, art. 2º, inciso I, como o espaço territorial e seus recursos

ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

14 - **Plano de Manejo** é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem orientar o uso da sua área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPE**

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

#### **I - Compete ao ESTADO:**

- a) Alocar recursos orçamentários para as UCs do Programa ARPA sob seu controle;
- b) Dotar de pessoal as UCs do Programa ARPA sob seu controle, de acordo com os Marcos Referenciais do Programa ARPA e necessidades de gestão das UCs;
- c) Elaborar estudos para a criação de UCs Estaduais, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa ARPA, e fornecer ao MMA a base cartográfica em formato digital das áreas propostas para apoio do Programa ARPA;
- d) Implementar os Termos de Compromisso firmados com apoio do Programa Arpa;
- e) Obter, junto à Funai, a documentação atestando a não-sobreposição com terras indígenas das áreas estaduais propostas ao ARPA para criação ou consolidação de Unidade de Conservação;
- f) Garantir a consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- g) Garantir a manutenção das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, e a execução das atividades relacionadas a sua administração, bem como a disponibilização de equipes administrativas básicas, tudo de acordo com os Marcos Referencias aplicáveis;
- h) Elaborar os Planos de Manejo das UCs abarcadas pelo Programa ARPA, bem como disponibilizá-los aos parceiros quando aprovados, conforme estabelecido no MOP;
- i) Executar os Planos de Manejo das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- j) Elaborar o detalhamento dos Planos Estratégicos Plurianuais dentro dos tetos orçamentários estabelecidos pelo MMA e pelo CP;
- k) Fornecer as informações necessárias para que o FUNBIO possa executar os orçamentos bianuais aprovados, bem como informar os locais de entrega e pessoal responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, especificações e termos de referência na forma

e com o conteúdo exigidos pelos processos de compras e contratações efetuadas pelo FUNBIO;

- l) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao FUNBIO e ao MMA, permitindo amplo acesso às informações e documentos, compartilhando mecanismos relacionados à execução do Programa ARPA;
- m) Informar imediatamente ao FUNBIO toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados pelo FUNBIO para que o mesmo possa atuar de forma a remediar a situação ou, se for o caso, tomar as medidas legais cabíveis contra os prestadores dos serviços;
- n) Recepcionar os prestadores de serviços contratados pelo FUNBIO, supervisionar e fornecer suporte para o adequado cumprimento dos contratos, como acesso à(s) UC(s) (quando necessário) ou a informações;
- o) Acompanhar as atividades de execução dos serviços e zelar pelo seu desempenho nas condições, forma e prazos contratados pelo FUNBIO, avaliando seus resultados;
- p) Adotar as regras e os procedimentos estabelecidos no MOP;
- q) Informar ao FUNBIO, por ocasião da realização de viagens necessárias e de acordo com as previsões orçamentárias estabelecidas, os dados dos servidores de seu quadro, de outros órgãos governamentais ou terceiros, que tenham sido destacados para a execução dessas atividades, inclusive informando se são funcionários públicos ou não;
- r) Elaborar os Termos de Referência que servirão de base para a contratação dos serviços e as especificações técnicas para a aquisição de bens visando à execução dos Planos Operativos;
- s) Assinar, assim que recebido, o Termo de Doação dos bens doados em função da implementação do Programa ARPA, providenciar a publicação de seu extrato na imprensa oficial, bem como o envio de cópia da mesma ao FUNBIO, no prazo de 5 dias corridos, providenciar a imediata incorporação dos referidos bens ao patrimônio do donatário e ainda zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos com recursos do Programa e doados pelo FUNBIO, mediante o referido termo de doação modal.
- t) Implementar a gestão da UC de forma participativa, por meio de Conselhos ou dispositivos específicos de cada UC;
- u) Proteger e garantir a integridade física das UCs, por meio da alocação das formas de fiscalização e controle disponíveis, e quando necessário solicitar ação supletiva do poder de polícia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA);
- v) Viabilizar a participação dos seus servidores lotados nas UCs nos fóruns, reuniões e treinamentos realizados pelo Programa ARPA;
- w) Indicar, em cada UC apoiada pelo Programa ARPA, um servidor que será o ponto focal do Programa ARPA na UC;

- x) Apoiar a elaboração de relatórios de desempenho de consolidação das UCs e outros documentos necessários para o monitoramento e gestão do Programa ARPA;
- y) Implementar o monitoramento de conservação da biodiversidade (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem) e indicadores socioeconômicos nas suas UCs;
- z) Preparar relatórios financeiros de contrapartida física e financeira para o MMA;
- aa) Adotar as medidas necessárias para o cumprimento das condições de desembolso que lhe competem conforme estabelecido no MOP Fase III Anexo 2;
- bb) Prover informações e apoiar a elaboração dos relatórios previstos no Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição;
- cc) informar o FUNBIO por ofício qualquer alteração em sua representação legal, encaminhando o respectivo ato de nomeação; e
- dd) Informar o FUNBIO por ofício os servidores designados para a gestão das Unidades de Conservação pertencentes ao Programa Arpa, bem como qualquer alteração, encaminhando o respectivo ato de nomeação.

## **II - Compete ao FUNBIO:**

- a) adquirir em seu nome, com recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, e doar ao **ESTADO**, mediante Termo de Doação, os bens necessários para a implementação dos Planos Estratégicos Plurianuais/Planos de Consolidação, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA.
- b) contratar em seu nome, com os recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, ações previamente definidas nos Planos Estratégicos Plurianuais/Planos de Consolidação, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;
- c) apoiar com os recursos do Fundo de Transição, observados os procedimentos de desembolso e aplicação dos recursos do FT estabelecidos no MOP, a implementação dos gastos previamente definidos nos Planos Estratégicos Plurianuais/Planos de Consolidação em conformidade com o estabelecido nos cronogramas de desembolso e aprovados pelo Comitê do Programa, conforme as regras estabelecidas nos contratos de doação firmados entre o FUNBIO e os doadores, e a legislação brasileira, observados os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa

ARPA;

- d) atuar como gestor financeiro e operacional do Fundo de Transição, em conformidade com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP ou, notadamente, o estabelecido no MOP;
- e) implementar as decisões do Comitê de Programa, salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, seu regimento interno ou seu *modus operandi*;
- f) disponibilizar e apresentar sempre que solicitado informações relativas à execução das atividades sob sua responsabilidade conforme estabelecido no Manual Operacional do Programa ARPA;
- g) fornecer bolsas de pesquisa, de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no MOP, por meio de Fundação de Apoio, com vínculo contratual estabelecido com IFES ou ICT, para o desenvolvimento e produção de material de cunho científico e intelectual;
- h) Arcar, com os recursos repassados pelos doadores do Programa ARPA, com as despesas de viagens de agentes do **ESTADO** e de outros órgãos governamentais, que tenham sido formalmente destacados pelo **ESTADO**, e ainda de colaboradores eventuais indicados para a execução de atividades do Programa que importem a realização de viagens, conforme o previsto nos POAs aprovados.

### **III - Compete ao Ministério do Meio Ambiente, como interveniente:**

- a) Coordenar a execução do Programa ARPA;
- b) Examinar, avaliar e emitir pareceres sobre os POAs enviados pelos Estados para aprovação pelo Comitê do Programa;
- c) Cumprir todas as demais obrigações previstas nos Manuais Operacionais do Programa ARPA.

**Parágrafo Primeiro.** Os bens a que se refere a alínea "a" do inciso II serão doados ao **ESTADO** mediante a assinatura de Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio do **ESTADO**;

**Parágrafo Segundo.** O material de cunho científico e intelectual produzido com o apoio do Projeto se reverterá em benefício da sociedade, podendo ser livre e gratuitamente divulgado pelos Partícipes, respeitados os direitos de autor, não sendo, no caso, aplicável a propriedade estabelecida na Cláusula Oitava adiante.

**Parágrafo Terceiro** - O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento.

**Parágrafo Quarto** - O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer entidade executora fora do âmbito do Programa ARPA.

**Parágrafo Quinto** - O FUNBIO poderá pedir esclarecimentos sobre as minutas dos Termos de Referência elaborados pelo **ESTADO**, bem como solicitar as alterações que se façam necessárias para adequada contratação dos serviços previstos no Plano Operativo -PO.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO**

Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira estão estabelecidos no Plano de Trabalho (**Anexo I**), que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS BENS**

No que concerne aos bens adquiridos em nome do FUNBIO, e doados ao **ESTADO** este se compromete a:

- a) utilizar os bens doados única e exclusivamente na execução do Programa ARPA, sendo vedada a alienação, bem como utilização para qualquer outro fim, enquanto durar o Programa ARPA;
- b) registrar em seu patrimônio os bens doados e informar ao FUNBIO no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da entrega desses, os números de patrimônio de cada bem;
- c) afixar nos bens objeto de doação, em local de fácil visualização, conforme o caso placas ou adesivos, contendo a logomarca do Programa ARPA e os seguintes dizeres "Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA";
- d) responsabilizar-se pelo perecimento ou deterioração natural dos bens doados, a partir do momento do seu recebimento, ainda que o fato tenha advindo de caso fortuito ou força maior. Em nenhuma circunstância o FUNBIO ficará obrigado a restituir os referidos bens ou a indenizar o ICMBio;
- e) Observar os termos estabelecidos na Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8726/2016.

## **CLAUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPE**

Cada Partícipe se responsabiliza pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste Acordo de Cooperação, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS**

O presente Acordo de Cooperação não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

**Parágrafo Primeiro.** Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como despesas relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

**Parágrafo Segundo.** Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Acordo.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Acordo serão atribuídos aos Partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal dos Partícipes.

## **CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICIDADE**

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente **Acordo de Cooperação**, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Acordo, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 e alterações posteriores e da Instrução Normativa nº 01, de 27 de julho de 2017 da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República,, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

**Parágrafo Único:** o uso da marca e da logomarca do Programa ARPA deverá atender ao MOP.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA**

O presente **Acordo de Cooperação** terá a vigência 05 (cinco) anos, contado a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 5º e do artigo 21 do Decreto 8.726/2016.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS ALTERAÇÕES**

Este **Acordo de Cooperação** poderá ser alterado, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

O **ESTADO** e o **MMA** promoverão o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, conforme o artigo 60 e 61 da Lei 13.019/2014, ficando designado o Comitê do Programa como responsável pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação.

Parágrafo único: Por meio de Portaria Ministerial será publicada a composição do referido Comitê de Programa, nos termos do Decreto de regência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES**

13.1 As comunicações entre os partícipes poderão ser realizadas por e-mail e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas.

13.2 As notificações entre os signatários, relacionadas com este ACORDO, deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os abaixo mencionados:

### **ESTADO DO RONDÔNIA**

Endereço: xxxxxx

Porto Velho/RO - CEP: xxxxxxx -

Telefone: (xxx) xxxxxxxxx

### **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE**

Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 286 – 5º Andar - Botafogo

Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270-014

Fax: (21) 2123 5354



Telefone: (21) 2123-5300

## **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**

Secretaria de Áreas Protegidas

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar, sala 900

Brasília/DF - CEP 70068-90

Telefones: (61) 2028-1404/1430

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Acordo, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Acordo poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial pela Administração Pública e em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo único.** Fica assegurado o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO**

Para eficácia deste Acordo de Cooperação, suas prorrogações de ofício e seus aditamentos, o MMA e o **ESTADO** providenciarão a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e do **ESTADO**, respectivamente, em consonância com as normas estatuídas no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, no art. 38 da Lei Federal nº 13.019/2014, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da assinatura do instrumento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO**

**Anexo I** – Plano de Trabalho; e

**Anexo II** – Manual Operacional do Programa ARPA - MOP é parte integrante deste Acordo de Cooperação, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO**

18.1 Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação entre as partes, assegurada a participação do órgão encarregado do assessoramento jurídico do Ministério do Meio Ambiente. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo, o Foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Acordo de Cooperação é assinado eletronicamente pelas partes.

Brasília,        de                      de 2021.

**MARCÍLIO LEITE LOPES**

Secretaria de Estado Do Desenvolvimento  
Ambiental (SEDAM)

**ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**

Secretária Geral do FUNBIO

**JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE**

Ministro de Estado do Meio Ambiente

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

CI:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

CI:

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

DESPACHO

De: SEDAM-CUC

Para: CUC-SEDAM

Processo Nº: 0028.416060/2021-75

Assunto: **Renovação Acordo de Cooperação\_ Solicitação de documentação complementar.**

Senhora Rosário,

Considerando a solicitação citada (0020562833), encaminho ao pedido do coordenador para que se prossiga com os trâmites e análises mencionadas.

Sem mais para o momento aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

**NATÁLIA PAULINO SILVA DE SALES**

Assessor Ambiental II

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Natália Paulino Silva de Sales, Assessor(a)**, em 09/09/2021, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020563198** e o código CRC **32E21136**.



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

## DESPACHO

De: SEDAM-CUC

Para: SEDAM-GAB

Processo Nº: 0028.416060/2021-75

Assunto: **PARA CONFECCÃO DE OFICIO**

Senhor Secretário,

Em atendimento ao e-mail (0020562833), sobre tratativas em curso, relacionada os trâmites para a renovação do **Acordo de Cooperação**- entre o Estado de Rondônia por meio de sua Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental- SEDAM e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade- Funbio com interveniência do Ministério do Meio Ambiente- MMA no contexto do Programa ARPA e, para dar seguimento ao mesmo, onde solicita, complementarmente ao que já foi encaminhado, o envio das seguintes documentações:

Dessa forma informamos que **estamos de acordo** com a renovação do ACT e respectivo Plano de Trabalho (2021-2025) e, na oportunidade estamos anexando os documentos solicitados, sendo: Cópia de Ato legal de nomeação do Secretário; Comprovante de endereço do Secretário (0020567213), respectivamente.

**Maria do Rosário Almeida da Silva**  
PEDAGOGA



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO ROZARIO ALMEIDA DA SILVA, Técnico**, em 09/09/2021, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020566386** e o código CRC **84201C5C**.

---

**Referência:** Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0028.416060/2021-75

SEI nº 0020566386



MARCILIO LEITE LOPES  
AV CASTELO BRANCO 577  
JARDIM PRESIDENCIAL  
76901-048 JI-PARANA RO

Acesse sua conta e outros serviços:  
No App Minha Claro  
Na internet - minhaclaro.com.br  
Pelo celular \* 1052#  
No Atendimento Claro 1052  
Para fatura em braille, ligue 1052  
Para deficiente auditivo, ligue 08000362323

Veja aqui o que está sendo cobrado:		
1. Plano Contratado	R\$	229,98
2. Linhas dependentes	R\$	39,99
3. Itens Adicionais	R\$	1,20
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>271,17</b>

Período de Uso  
de 22/10/2020 a 21/11/2020

Vencimento  
15/12/2020

Valor pago na última conta: R\$ 270,33

**1. Plano Contratado**

69 99291 9578

Valor R\$  
149,99

Oferta Conjunta Claro MIX  
Aplicativos Digitais  
Claro Pós 12GB (161)

**Serviços Incluídos no seu Plano**

12GB de internet  
Extraplay Compartilhado 12GB  
Ligações locais e LDN ilim. para qualquer operadora  
Passaporte Américas (válido para linha titular)  
Promoção Apps Ilimitados  
Torpedos ilim. nacionais para qualquer operadora

**1. Plano Contratado**

69 99267 0621

Valor R\$  
79,99

Claro Internet 20GB (150)

**Serviços Incluídos no seu Plano**

12GB de internet  
Bônus de internet promocional - 20GB

Sub Total - Plano Contratado

R\$ 229,98

**2. Linhas dependentes**

69 99267 0621

69 99977 3151

R\$ 39,99

Dependente com comp. Total

R\$ 39,99

Sub Total - Linhas dependentes

**3. Itens Adicionais**

69 99267 0621 69 99291 9578 69 99977 3151

R\$ 1,20

Outros Serviços Telecom

R\$ 1,20

Sub Total - Itens Adicionais

R\$ 271,17

Total a Pagar

Prezado Cliente,  
Este boleto não quita débitos de meses anteriores.



Pague sua conta nos Bancos e Locais credenciados. Encargos por atraso serão cobrados na próxima conta. Contribuições para o FUST e FUNTEL (1% e 0,5% do valor dos serviços) não repassados ao cliente. Central de Atendimento da Anatel: 1331 - Ao ligar, informe o nº da reclamação registrada na prestadora.

Autenticação Mecânica:

Para uso do banco



Sr. Caixa, receber pagamento em dinheiro.

Pague sua conta nos bancos credenciados preferencialmente: Itaú, HSBC, Banco do Brasil, Santander e outros.

Cliente

MARCILIO LEITE LOPES

Código Débito Automático

190730606

Claro CO DDD 61 a 69

Período de Uso

22/10/20 a 21/11/20

Total

R\$ 271,17

Vencimento

15/12/20





# Diário Oficial

## Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

Porto Velho, 23 de junho de 2020

Edição 120

### PODER EXECUTIVO

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

### GOVERNADORIA

Decreto de 19 de junho de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

#### RESOLVE:

Exonerar, a partir de 22 de junho de 2020, ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 19 de junho de 2020, 132º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 0012085664

Decreto de 19 de junho de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020,

#### RESOLVE:

Nomear, a partir de 22 de junho de 2020, ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio, de Diretor-Geral, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 19 de junho de 2020, 132º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 0012085678

Decreto de 19 de junho de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

#### RESOLVE:

Nomear, a partir de 22 de junho de 2020, MARCILIO LEITE LOPES, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 19 de junho de 2020, 132º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 0012085692

Decreto de 22 de junho de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

#### RESOLVE:

Dispensar, a contar de 1 de junho de 2020, POLLYANA ROBERTA FREITAS, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula 300098715, pertencente ao Quadro de Pessoal Civil do Poder Executivo, da Função Gratificada, símbolo FG-3, de Chefe de Núcleo Regulação de Urgência e Emergência, da Coordenadoria de Regulação e Controle dos Serviços de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 22 de junho de 2020, 132º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 0012091939

Decreto de 22 de junho de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Ofício nº 5247/2021/SEDAM-ASGAB

A sua Senhoria,

**VALDIR PEREIRA RAMOS FILHO**

Diretor de Áreas Protegidas

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Assunto: **Renovação do Acordo de Cooperação entre SEDAM e FUNBIO**

Senhor Diretor,

Consignando desde já a mais elevada estima e consideração, e tendo em vista a solicitação inclusa no E-mail ARPA\_Renovação Acordo de Cooperação (0020562833), no qual encaminha solicitação para a renovação do Acordo de Cooperação, venho por meio deste encaminhar o Despacho SEDAM-CUC (0020566386), confeccionado Coordenadoria de Unidades de Conservação - CUC, com as informações solicitadas.

Certo de contar com vossa compreensão, aproveitamos a oportunidade para renovar votos de consideração e distinto apreço, ao tempo em que nos colocamos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**MARCÍLIO LEITE LOPES**

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



Documento assinado eletronicamente por **MARCILIO LEITE LOPES, Secretário(a)**, em 14/09/2021, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020638373** e o código CRC **E2584BF6**.

Zimbra

gabinete@sedam.ro.gov.br


---

**Renovação do Acordo de Cooperação entre SEDAM e FUNBIO**

---

**De :** Gabinete Sedam <gabinete@sedam.ro.gov.br> Ter, 14 de set de 2021 13:16

**Assunto :** Renovação do Acordo de Cooperação entre SEDAM e FUNBIO

 2 anexos

**Para :** arpa@mma.gov.br, valdir filho  
<valdir.filho@mma.gov.br>

Boa tarde!

Prezados,

Ao cumprimentá-los cordialmente, e considerando a solicitação de Renovação do Acordo de Cooperação entre SEDAM e FUNBIO, encaminhamos o Ofício 5247 (0020638373) e anexos.

**Por favor, acusar o recebimento deste e-mail.**

Respeitosamente,

Mateus de Souza Oliveira  
Assessor - Gabinete


Secretaria de Estado do  
Desenvolvimento Ambiental



**Av. Farquar, nº 2886, Bairro Pedrinhas  
Edifício Rio Cautário, 2º Andar - CEP 76.801-361  
Palácio Rio Madeira - Porto Velho - RO  
Telefones: (69) 3212-9605**



**Secretaria-de-Estado-do-Desenvolvimento-Abiental.png**  
21 KB

 **SEI\_0028.416060\_2021\_75.pdf**  
844 KB